



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08177111420198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EMERSON LUCAS LIMA PEREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas à avaliação médica criteriosa com o escopo de ser apurado o *quantum* indenizatório devido em decorrência da lesão suportada pela vítima, nos termos da lei 6.194/74.

Frisa-se que aludido exame é realizado por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável.

Assim, em 07/01/2019, a parte autora se submeteu a perícia administrativa e recebeu o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Contudo, observa-se que posteriormente, em 17/07/2019, a parte autora foi submetida ao exame pericial no IML, onde ficou constatada que não havia mais sequela no autor decorrente do acidente.

LAUDO DE EXAME PERICIAL - L. CORPORAL-ACID. TRÂNSITO

Pag: 1 de 1

Identificação do Laudo:		Identificação do Periciando:	
Código: 120062	Tipo: L. CORPORAL-ACID.	Nome: EMERSON LUCAS LIMA PEREIRA	Nacionalidade: Brasileira
Data Realização: 24/01/2019		Data Exame: 17/07/2019	
Remetente: O INSS (a)		Hora Exame: 09:23	
Local Exame: I.M.L.		Entrega do Laudo: 17/07/2019 09:23:34	

Identificação do Periciando:		Identificação do Periciando:	
CPF: 95607	Nome: EMERSON LUCAS LIMA PEREIRA	Nacionalidade: Brasileira	Sexo: FEMEA
Dt. Cadastro: 17/07/2019	Endereço: RUA JOSÉ MARQUES DA ROCHA 1384. - BOMOS AIRES - TERESINA - PI	Filial: JOÃO PEREIRA DA SILVA	
Mantido: MARINILDE RODRIGUES DE LIMA		Registro Nascimento:	
CPF: 3205306-SSP-PI	Idade: 28	Sexo: M	Estado Civil: Solteiro(a)
Profissão: VIGILANTE	Nascimento: 30/07/1990	Idade: 28	Sexo: M

LAUDO:

P R E S E N T E: No dia, hora e local acima referidos, os peritos designados pelo Ilustríssimo Coordenador Estadual do Instituto de Medicina Legal "Gerardo Vasconcelos", IMLGV, André Biondi Ferraz - Perito Médico-Legista - CRM 4466 - PI, nos termos do art. 178 do Código de Processo Penal, para procederem ao Exame de Corpo de Delito descrito acima do periciando também já qualificado. Em face do que viram e observaram passaram a descrever com verdade e com todas as circunstâncias o que encontraram e, bem assim, esclarecerem tudo quanto possa interessar. **HISTÓRICO:** Periciando orientado auto e alto psiquicamente para a idade, relata que fora vítima de acidente de trânsito no dia 22 de Setembro de 2018, com trauma em braço direito. **DESCRIÇÃO:** Ao exame físico, apresentou cicatriz na região lateral do braço direito. Membro superior direito normotrófico com boa amplitude de movimentos. Apresentou radiografia do braço direito que revelou fratura de diáfise de úmero tratada com placa e parafusos já consolidada. **DISCUSSÃO:** Fratura de úmero direito tratada cirurgicamente, consolidada, sem sequelas. Há nexo de causalidade com acidente de trânsito. **CONCLUSÃO:** Fratura de úmero direito por acidente de trânsito, sem sequelas. **RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS:** 1) Houve ofensa à integridade física ou a saúde do examinado? Resp.: Sim. 2) Qual o instrumento ou meio que a produziu? Resp.: Contundente. 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito? Resp.: Sim. 4) Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Resp.: Sim. Incapacidade acima de 30 dias. 5) Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função ou deformidade permanente? Resp.: Não. 6) Outros dados julgados úteis? Resp.: Não. Nada mais havendo, deu-se por findo o presente laudo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. / / / / /

ARTHUR SALVATO SOARES DE SOUSA
Perito Médico-Legista - CRM 3200 - PI

Entretanto, em análise ao presente laudo pericial impugnado, verifica-se que o i. perito divergiu das conclusões realizadas pelo Perito Legista do IML, sobretudo no que diz respeito a invalidez suportada pela parte autora.

Ocorre que o i. médico legista, de forma acertada e devidamente embasada, entendeu pela **inexistência de sequela na vítima**, o que deverá ser considerado por esse d. Juízo, uma vez não há nos autos elementos capazes de comprovar que a vítima, ora autor, apresentou agravamento da lesão após a avaliação médica que se submeteu no IML.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, requer a produção de nova prova pericial, nos termos dos art. 480 do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 10 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI